



No passado dia 14 de março ocorreu na Divisão de Urbanismo do Município de Torres Novas uma operação de investigação da Polícia Judiciária, mandatada pelo Departamento de Investigação e Ação Penal da 2.ª Secção de Tomar.

Da referida ação, resultou a detenção de dois trabalhadores, uma arquiteta e um fiscal de obras – indiciados pelos crimes de corrupção passiva e recebimento indevido de vantagem, relacionados com processos urbanísticos.

Durante a operação, o Município colaborou de forma permanente na disponibilização de todos os dados solicitados pela Polícia Judiciária.

O Município de Torres Novas pauta-se pelos valores da transparência, da equidade e da procura da prestação do melhor serviço público possível aos seus munícipes, não se revendo, de forma alguma, nos comportamentos e nas ações alegadamente praticados pelos visados.

Nesta ocasião, o Município reitera o seu compromisso com a exigência e rigor colocados no trabalho diário efetuado nesta instituição, realçando que o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas existente é aferido com frequência, pelo que as irregularidades eventualmente detetadas foram já merecedoras de reflexão política e técnica, de forma a evitar situações similares.

O Presidente da Câmara Municipal de Torres Novas  
Pedro Paulo Ramos Ferreira